Processo

10070.000207/97~47

Acórdão

201-74.896

Recurso

112.091

Sessão

20 de junho de 2001

Recorrente:

DRJ NO RIO DE JANEIRO - RJ

Interessada:

Editora Fiscal Ltda.

COFINS - ERRO DE PREENCHIMENTO - Comprovado através de diligência junto à empresa que a mesma preencheu de forma equivocada os quadros da Declaração informando valores em cruzeiros quando deveria fazê-lo em cruzeiros reais, improcede o lançamento que se alicerçou em dados que não correspondem à verdade material. Recurso de oficio negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: DRJ NO RIO DE JANEIRO – RI.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2001

Jorge Freire

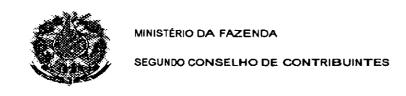
Presidente

Serafim Fernandes Corrêa

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Luiza Helena Galante de Moraes, Gilberto Cassuli, José Roberto Vieira, Rogério Gustavo Dreyer, Antonio Mário de Abreu Pinto e Sérgio Gomes Velloso.

Eaal/ovrs



Processo: 10

10070.000207/97-47

Acórdão :

201-74.896

Recurso:

112.091

Recorrente:

DRJ NO RIO DE JANEIRO - RJ

RELATÓRIO

A contribuinte foi notificada relativamente à COFINS, período 01/93 a 12/94, por falta de recolhimento.

Em tempo hábil impugnou o lançamento alegando ter havido erro de preenchimento da Declaração IRPJ em que se louvou o lançamento referente aos meses de 01 a 06/93, razão pela qual solicitou fossem os mesmos retificados. Em seguida, em relação aos valores retificados e demais períodos abrangidos pelo auto de infração solicitou parcelamento.

O litígio remanescente passou a ser, portanto, apenas relativamente aos valores que considera terem sido informados equivocadamente pela falta de conversão de cruzeiros para cruzeiros reais.

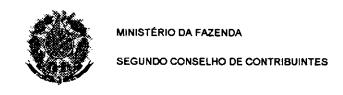
A DRJ no Rio de Janeiro - RJ acolheu os argumentos da empresa e considerou improcedente o lançamento.

Como o valor exonerado estava acima do limite de alçada interpôs recurso de oficio a este Conselho.

Foi, então, o processo baixado em diligência a fim de que a fiscalização diligenciasse junto à empresa a para confirmar a base de cálculo da COFINS nos meses a que se refere o litígio.

Realizada a diligência, o AFRF diligenciante confirmou que os valores corretos eram os da Declaração Retificadora apresentada na impugnação.

É o relatório



Processo:

10070.000207/97-47

Acórdão

201-74.896

Recurso

112.091

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SERAFIM FERNANDES CORRÊA

Do exame do presente processo verifica-se que o litígio resume-se a um único ponto, qual seja, o que diz respeito aos valores declarados como base de cálculo da COFINS que não teriam sido convertidos de cruzeiros para cruzeiros reais, como exigia a Declaração, o que teria provocado o lançamento a maior.

Com a realização da Diligência de fl. 93 restou evidente que efetivamente ocorreu o erro por parte da contribuinte.

Sendo assim, não há reparos a fazer à decisão recorrida, razão pela qual nego provimento ao recurso de oficio.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2001

SERAFIM FERNANDES CORRÊA